

Aparando as arestas

» LUIS OTÁVIO LEAL
Economista-chefe do Banco Alfa

O Comunicado pós-reunião do Banco Central do Brasil (BC) de março gerou mais dúvidas do que convicções. Assim, o BC teria duas oportunidades para “aparar as arestas” com o mercado: a Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) e o Relatório Trimestral de Inflação (RTI). A Ata da última reunião do Copom era esperada com bastante ansiedade pelo mercado, porque o comunicado que se seguiu ao encontro foi considerado pouco elucidativo, principalmente no que se refere ao cenário alternativo que o BC havia incorporado à análise. Segundo o texto, este havia se tornado o de maior probabilidade, indicando que teria tomado o lugar do cenário de referência como o balizador da política monetária daqui para frente. Esse “jogo de palavras” entre o “alternativo” ter se tornado o de “referência” realmente não ajudava muito na compreensão do que o BC queria dizer.

Portanto, acabar com essa dúvida era imprescindível para que houvesse compreensão de quais seriam os próximos passos da política monetária. Para isso ele usou o parágrafo 15 da Ata: “(...) na sua hipótese usual, o preço do barril parte de valores em torno de US\$ 118 em março e se eleva para cerca de US\$ 121 no fim de 2023, ou seja, extrapolando para todo o horizonte relevante da política monetária o preço do petróleo resultante de uma conjuntura internacional particularmente anômala. O Comitê observou que o atual ambiente de incerteza e volatilidade elevadas demanda serenidade para a avaliação dos impactos de longo prazo do atual choque e, portanto, optou por comparar essa hipótese com os preços de contratos futuros de petróleo, negociados em bolsas internacionais, e com projeções de agências do setor. Notou-se que ambos convergiam para um preço do barril abaixo de US\$ 100 ao fim de 2022. O Copom concluiu então que seria adequado manter a hipótese usual no cenário de referência, mas adotar como mais provável um cenário com hipótese alternativa para a trajetória de preços do petróleo até o fim de 2022.” Ou seja, no fim, ele só deixou mais claro de onde tirou a ideia de seguir a curva futura dos preços do petróleo, reforçando o entendimento de que a única diferença conceitual entre os dois cenários seria a trajetória esperada para os preços desta commodity.

Mas isso teve um impacto bastante relevante sobre a expectativa do ciclo de juros. Enquanto no cenário de referência a inflação para 2023 está em 3,4% (acima da meta para o ano, de 3,25%), no alternativo essa projeção cai para 3,1%. Apesar de definir que, em ambos os casos, esses valores estavam ao redor da meta, essa diferença pesou na conclusão final. Ao contrário da ata da última reunião, dessa vez foi dito que, “diante desses resultados, e da avaliação do Comitê a respeito da probabilidade de cada cenário, o Copom considerou que, neste momento, um ciclo de aperto monetário semelhante ao utilizado nos seus cenários é o mais adequado”. Ao atribuir um peso maior ao cenário alternativo, ele reforça o nível de 12,75% ao ano de Selic terminal, que utilizou nos seus modelos, mas deixando a porta aberta caso as coisas não saiam como previstas.

A subjetividade do que levaria o BC a fazer esse ajuste na estratégia atual fica clara no trecho “O conflito na Europa adiciona ainda mais incerteza



e volatilidade ao cenário prospectivo, e impõe um choque de oferta importante em diversas commodities. O Comitê considerou que a boa prática recomenda que a política monetária reaja aos impactos secundários desse tipo de choque, prática que leva em consideração as usuais defasagens dos efeitos da política monetária”. O movimento de confirmação da estratégia de encerrar o ciclo de alta dos juros na reunião de maio, com mais uma alta de 1 ponto percentual, iniciado na ata foi concluído no RTI.

Primeiro, o BC resolveu a questão do cenário de “alternativo” ter virado o de “referência”, ao nomear o primeiro como “A” e o último como “B”. Passada essa questão semântica, ele se encarregou de embasar sua estratégia com alguns boxes. Em um deles, o BC estimou o repasse dos preços internacionais do petróleo para os preços internos da gasolina incorporando a questão da volatilidade do preço dessa commodity sobre as projeções de curto prazo da inflação. A conclusão foi de que “(...) este ambiente de incerteza e volatilidade elevadas demanda serenidade para os impactos de longo prazo do atual choque e de seus impactos sobre a inflação ao longo do horizonte relevante”, reforçando o que foi dito na ata.

Além desses estudos, podemos sublinhar que o BC deixou certa “gordura” nas projeções de curto prazo da inflação, reduzindo a chance de que, quando chegarmos à reunião de junho (15) — aquela na qual ele terá que decidir se para ou continua a elevar os juros —, ele possa ter sido surpreendido por uma inflação mais alta.

Tomando as projeções do boletim Focus como parâmetro, as expectativas do BC para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos

próximos três meses (março, abril e maio) está 0,35 ponto percentual acima daquelas esperadas pelo mercado. Além disso, ele manteve a projeção de que a bandeira tarifária sobre a conta de energia elétrica passaria de “escassez hídrica” para “amarela”, sendo que a foi levada para “verde”, o que representaria uma redução adicional de 0,15 ponto percentual nas suas projeções. Ou seja, o BC “deixou” algo ao redor de 0,50 ponto percentual de “gordura” nas suas previsões de inflação, que poderá ser absorvido por surpresas inflacionárias.

Se havia alguma dúvida sobre os próximos passos da política monetária, a ata se encarregou de dirimi-la, e o RTI só a reforçou. Pode-se concordar ou não com as suas intenções, mas os documentos deixaram claro que o plano de voo é encerrar o ciclo de alta dos juros na reunião de maio com as taxas em 12,75% ao ano.

Mantenho, portanto, a minha projeção de que o BC elevará os juros até 12,75% ao ano, e vai seguir nesse patamar até o fim do primeiro trimestre de 2023, quando começaria um processo de redução, de modo que a Selic fecharia o ano que vem em 9,75% ao ano. Para quem acha isso pouco, dado o tamanho da “encrenca”, e tem o 14,25% ao ano de 2016 como parâmetro de aperto monetário forte, devemos lembrar que o valor correspondente a esse nível de Selic para as condições atuais da economia brasileira seria de 12,25% ao ano. Pode-se dizer muitas coisas sobre um juro de 12,75%, menos que ele não tenha avançado “significativamente em terreno contracionista”, como vem pontuando o BC desde a reunião do Copom de dezembro de 2021.

Exportar engenharia é preciso

» CLÁUDIO MEDEIROS

Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon)

Em apenas 10 anos, o Brasil deixou o lugar de destaque que ocupava no ranking de países exportadores de engenharia para assistir o avanço das empreiteiras estrangeiras, principalmente, as chinesas na América Latina. Somente uma única estatal do país asiático concentra cerca de US\$ 10 bilhões em investimentos na região. A exportação de serviços há anos vem sendo utilizada por países como Estados Unidos (EUA), Japão, Alemanha e Reino Unido para fomentar o desenvolvimento de suas cadeias produtivas e aumento de suas respectivas influências geopolíticas.

Infelizmente, nos últimos anos, a exportação de serviços saiu da pauta brasileira em decorrência da politização descontextualizada, deixando espaço para o avanço das empresas chinesas e europeias na América Latina. Também os Estados Unidos apoiaram a ofensiva em países como Argentina, Uruguai e Colômbia. A gestão Joe Biden, ao anunciar um pacote trilionário para infraestrutura, chamou o movimento de Plano de Emprego Americano. A atividade de infraestrutura, seja no Brasil ou no exterior, é reconhecida pela alta formalização do emprego.

Ao observar o apetite dos gigantes econômicos mundiais pelo segmento, é possível identificar que a narrativa que predominou no Brasil nos últimos anos é cercada de mitos que escondem os verdadeiros benefícios de uma política estruturada de longo prazo para a exportação de serviços. A exportação de infraestrutura não

drena recursos nacionais e não é beneficiada por taxas de juros privilegiadas.

Ao contrário, gera empregos no país de origem do prestador dos serviços, fomenta o fortalecimento da indústria nacional e ativa uma longa cadeia fornecedora de bens e serviços de alto valor agregado do país, envolvendo grandes, médios e pequenos produtores. Projetos de infraestrutura são de longo prazo, reverberando os efeitos benéficos na economia por anos.

A exemplo dos nossos vizinhos, o Brasil, carente de projetos de infraestrutura para atender a população de forma adequada nos segmentos de energia, saneamento, transporte, conectividade, entre outros, hoje passou a ser um importador de serviços de engenharia, o que nunca foi tradicional em nossa história. Como sinalado no plano norte-americano, infraestrutura é mais do que pontes e estradas, é competitividade global.

Projetos como o Porto Sul e a Ferrovia do Pará, financiados por agências de crédito chinesas e conduzidos por uma empresa desse país, concentram cerca de US\$ 2 bilhões em investimentos. Recursos que serão empregados no país de origem da construtora para a contratação de matéria-prima local e investimento em tecnologia e inovação.

Estudo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) mostra que, a cada R\$ 1 milhão investido em infraestrutura, 34 novos postos de trabalho são gerados, além

oportunidades indiretas que impactam uma cadeia produtiva de mais de 4 mil fornecedores. O incremento no Produto Interno Bruto (PIB) do país é de R\$ 1,44 milhão.

Buscar a ampliação de mercados não é uma tarefa fácil. É preciso experiência comprovada em obras complexas de engenharia, contar com boas práticas de compliance, arcabouço legal sólido, relacionamento geopolítico profícuo e condições de financiamento. O país e as empresas de construção pesada avançaram muito nos últimos anos nesses itens. A repentina paralisação das linhas de crédito à exportação coloca em risco o avanço conquistado pelas empresas brasileiras.

Países como China, EUA, Alemanha, França, Índia, Japão e Reino Unido que têm bancos altamente comprometidos com a política de financiamento de projetos de exportação de engenharia, agradecem a paralisação brasileira e avançam nos mercados abandonados pelo Brasil.

Assim como o agronegócio, que se desenvolve com as exportações e ocupa lugar de destaque na economia, movimentando uma enorme cadeia produtiva, a indústria brasileira precisa de políticas sólidas e fomento para voltar a crescer e conquistar novos mercados. Ganha o Brasil ao voltar a ocupar lugar de destaque no cenário internacional e impulsionar a balança comercial. Ganham os brasileiros, com os novos postos de trabalho que serão criados, geração de renda para as famílias e atração de investidores privados.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O avanço da morte

Enquanto avança, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei de autoria do governo (PL191), também conhecido de PL da mineração, vai levando em seu encaixo, e cada vez mais, uma multidão de garimpeiros e aventureiros de toda a ordem e de todos os cantos do país para dentro das terras indígenas. O tal projeto, que, obviamente, tramita em regime de urgência, para não dar tempo para a sociedade acordar a mais esse absurdo, regulamentação, em sua ementa, o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição “para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas”.

Traduzido numa linguagem clara e direta, o que o PL autoriza é a marcha da insensatez e até mesmo o que seria um genocídio anunciado e autorizado pelo Estado contra os povos indígenas, apenas para atender a sahnha e o desejo de uma minoria política e econômica que exerce preponderância dentro do atual governo. Depois do PL do Veneno aprovado, chega a vez desse monstro, liberando legalmente a invasão das terras e reservas indígenas. Nossa fotografia de momento, perante um planeta que luta para sair do impasse do aquecimento global, nunca esteve tão manchada.

Os relatos assustadores que chegam a todo o momento de diversos povos, sobretudo dos Yanomami, mostram as consequências dessa infâmia a chocar os brasileiros e o mundo. Trata-se aqui de mais um episódio a macular nossa história com as tintas indeléveis do sangue de inocentes. Acometidos por uma espécie de transe febril pelo ouro, um distúrbio psicológico e profundo conhecido a milhares de anos aqui e em outras partes, centenas de homens brancos em busca de metais e pedras preciosas vão deixando nas matas virgens uma longa trilha de crimes.

É o que esses povos indígenas acreditam ser, dentro de sua cultura milenar, a maldição das pedras reluzentes a enlouquecer o homem branco, transformando-o em fera sem alma. Não só os garimpeiros parecem movidos por esse anátema, mas, principalmente, o próprio chefe do Executivo que não esconde seu ódio pelos povos indígenas. Em várias ocasiões, esses povos são atacados, inclusive, perante a Organização das Nações Unidas (ONU) acusados de serem os responsáveis pelas queimadas na Amazônia, entre outros crimes.

Em pronunciamento, ainda como deputado, Bolsonaro chegou a lamentar que a nossa cavalaria, à semelhança do que aconteceu nos Estados Unidos, tenha sido incompetente ao não eliminar os nossos índios. “Não tem terra indígena onde não têm minerais. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazônia, a área mais rica do mundo. Não entro nessa balela de defender terra para índio”, disse em 2015. Segundo ele, as reservas indígenas sufocam o agronegócio. Conhecemos muito bem o resultado desse feitiço e o que essa busca desenfreada pelo ouro tem provocado ao longo do tempo. A lista com os resultados dessa atividade primitiva de extração é longa e repleta de crimes de todo o tipo.

O que fica como subproduto dessa exploração são doenças, violência, assassinatos, estupros, muita miséria e devastação nas terras, onde esses minerais ocorrem, sendo inexistentes quaisquer traços de progresso ou de melhorias tanto para habitantes locais quanto para os forasteiros. Já vimos esse filme de horror em lugares como Serra Pelada. Sabemos também das consequências nefastas desse tipo de atividade. Mais do que isso, sabemos muito bem, o fim dessa história e o rastro de destruição de morte que deixam para trás.

Então, por que seguir nesses intentos, aprovando, a toque de caixa, projetos como o PL 191, do Executivo? Caso venha a ser aprovado, como crê o governo e sua bancada de apoio, não será surpresa que mais essa façanha, contra o bom senso e a ética humana venha a ser apresentada mais uma acusação contra o atual mandatário perante o Tribunal Penal Internacional. Os brasileiros que nada parecem saber dessa história macabra vão figurar como coadjuvantes de mais esse atentado, quer queiram ou não, afinal todo esse massacre é feito em nome do progresso da nação. Um progresso que não é apenas o avanço da poeira, mas, como diria o filósofo de Mondubim, “o avanço da mulher da foice”.

» A frase que foi pronunciada

“Nunca tratei de lobby nem tampouco articulei qualquer reunião com lobistas. Trabalho em favor da legalização da atividade, em áreas legais, permitir a atividade em áreas que possam ter atividade econômica. Dentro de rigores técnicos e licenças ambientais, somente em áreas permitidas”.

Deputado federal Joaquim Passarinho autor do Projeto de Lei 6432 de 2019, que facilita a venda do ouro.

» História de Brasília

Dá nesses vexames, as promessas que os candidatos fazem em nome da Prefeitura. A ligação da luz na Asa Norte não pode ser prometida por ninguém. É um problema técnico, e tem seu tempo. (Publicada em 21/2/1962)